

# COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

## REQUERIMENTO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA N.º DE 2006

(Do Dr. Francisco Gonçalves)

Solicita que seja realizada Audiência pública, em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, bem como com a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados, para debater a morosidade com a qual vem se desenvolvendo o processo de análise e deliberação em relação aos pleitos já protocolados junto à Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio.

Senhor Presidente:

Nos termos regimentais requeremos a V.Excia., que ouvido o Plenário desta Comissão sejam convidados os Senhores abaixo:

Dr. Maurício Antonio Lopes  
Chefe Adjunto de Pesquisa & Desenvolvimento – CPD - Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia  
[sac@cenargen.embrapa.br](mailto:sac@cenargen.embrapa.br)  
[mlopes@cenargen.embrapa.br](mailto:mlopes@cenargen.embrapa.br)  
Fax: 0XX61 3340 3624  
Fone: 0XX61 3448 4700

Dr.a Mayana Zats  
Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo - IB/USP  
Coordenadora do Centro de Estudos do Genoma Humano  
[csc@ib.usp.br](mailto:csc@ib.usp.br)  
Fax: 0XX11 3091 7515/7416  
Fone: 0XX11 3091 7966 Ramal 215

Dr. Ernesto Paterniani  
Academia Brasileira de Ciências  
[epater@merconet.com.br](mailto:epater@merconet.com.br)  
Fone/Fax: 0XX19 3422 4737

Dr. Fernando Reinach  
Votorantin Novos Negócios  
Diretor Executivo  
[fernando.reinach@vnnegocios.com.br](mailto:fernando.reinach@vnnegocios.com.br)  
Fax: 0XX11 3077 5051  
Fone: 0XX11 3077 5051

Dr. Aluízio Borém  
Sociedade Brasileira de Melhoramento de Plantas - SBMP  
Presidente  
[borem@ufv.br](mailto:borem@ufv.br)  
Fax: 0XX31 3899 2614  
Fone: 0XX31 3899 1163

### **JUSTIFICATIVA**

Em um processo aguardado ansiosamente pela sociedade brasileira, a Lei # 11.105 de 24 de março de 2005, foi finalmente regulamentada através do Decreto # 5.591 de 22 de novembro de 2005, culminando com a instalação da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio por meio da Portaria # 889 de 23 de dezembro de 2005.

A regulamentação da referida Lei, entre outras disposições, estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização das atividades que envolvam organismos geneticamente modificados (OGM's) e seus derivados e reestrutura a CTNBio, regulando seu funcionamento.

Entende-se que os processos de normatização, estabelecimento de mecanismos de fiscalização e, particularmente, reestruturação da CTNBio (constituição, instalação, revisão/definição de seu Regimento Interno, operacionalização), constituam-se em matérias de urgência e demandem um tempo não negligenciável para sua consecução. Como resultados práticos de tais processos, a CTNBio já dispõe de um novo Regimento Interno (Portaria # 99 de 15/02/2005) e submeteu, ainda recentemente, à Consulta Pública a Resolução # 01, de 24 de março de 2006, que dispõe sobre a instalação e o funcionamento das Comissões Internas de Biossegurança (CIBio's) e sobre os critérios de procedimentos para requerimento, emissão, revisão, extensão, suspensão e cancelamento do Certificado de Qualidade em Biossegurança (CQB).

Persistem, entretanto, por parte dos setores relacionados à Ciência e Tecnologia, de forma geral, e do setor do Agronegócio de maneira particular, grandes preocupações em relação à morosidade com a qual vem se desenvolvendo o processo de análise e deliberação em relação aos pleitos, cerca de 540, já protocolados desde há muito junto a CTNBio por aqueles setores.

Tal demora, tem impedido a implementação e/ou andamento de programas de Pesquisa e Desenvolvimento, tanto de interesse público como privado, assim como a análise de pedidos de liberação comercial. Até mesmo o avanço do País nas áreas de Ciências e Tecnologia, bem com as atividades e operações relacionadas ao Agronegócio, referentes ao ano agrícola que está para se iniciar encontram-se, novamente, comprometidas em razão daquelas indefinições.

Diante dos fatos expostos, que envolve grandes interesses quer seja da agricultura, da saúde, quer seja da política de meio ambiente do governo Federal , é que reputamos ser da maior importância a aprovação do presente pedido para realização de Audiência Pública Conjunta com as respectivas Comissões.

Sala das sessões, em                      de                      de 2006.

**Dr. Francisco Gonçalves**  
Deputado Federal PPS/ MG